

A percepção dos alunos e funcionários da rede pública do município de anápolis quanto à função social dos tributos

Amanda Isaias Naves¹

Resumo

O artigo se propõe a analisar os resultados da pesquisa realizada, no primeiro semestre de 2018, junto aos alunos e funcionários da rede pública do Município de Anápolis quanto à função social dos tributos, a fim de tomar conhecimento da percepção sua quanto à tributação, às finanças públicas e ao exercício da cidadania.

Palavras-chave: Educação Fiscal, Políticas Públicas, Avaliação.

Abstract

The article aims to analyze the results of a research conducted in the first half of 2018 with the students enrolled in Anápolis' public school and its employees on their perception of the social role of taxation, public finance and exercise of citizenship.

Keywords: Fiscal Education, Public Police, Assessment.

1. Introdução

A Educação Fiscal, colocada pela Resolução/CNE/MEC nº 07/2010¹ como um dos componentes a ser trabalhado de forma transversal no currículo do ensino fundamental, é um processo educacional voltado para o exercício pleno da cidadania, que estimula a participação do cidadão no controle social do Estado. Implantado de forma consistente a partir de 2002², o Programa Nacional de Educação Fiscal - PNEF concentra esforços no sentido de ampliar a consciência da população brasileira quanto à função social da tributação.

Em 29 de dezembro de 2017, com a promulgação da Lei Complementar nº 369/2017, o Município de Anápolis aderiu ao PNEF, através do PROGRAMA CONTRIBUINTE LEGAL, constituído por um conjunto de atividades destinadas à reflexão e ao desenvolvimento de consciência cívica quanto à importância dos tributos para o desenvolvimento social, político e econômico e à mobilização da sociedade e dos poderes públicos para o respeito e a valorização dos bons pagadores.

¹ Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo. Especialista em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Direito Tributário – IBDT. Advogada.

² Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf. Acesso em 01/08/2018.

³ Portaria Interministerial MF/MEC nº 413, de 31 de dezembro de 2002. Disponível em: <http://www.esaf.fazenda.gov.br/assuntos/educacao-fiscal/pnef/legislacao/portaria-interministerial-no-413-3.pdf>. Acesso em 01/08/2018.

Estas atividades estão organizadas em quatro módulos, sendo o terceiro deles destinado especificamente à educação fiscal (artigo 6º, inciso III, LC nº 369/2017)³.

2. A implantação do PNEF no Município de Anápolis

Em que pese a disposição para somar seus esforços ao PNEF, o Município de Anápolis não dispunha de dados estatísticos e estudos específicos sobre Educação Fiscal que pudessem nortear as ações do PROGRAMA CONTRIBUINTE LEGAL. Desta forma, foi proposta a realização de uma pesquisa, a fim de tomar conhecimento da percepção da população anapolina quanto à tributação, às finanças públicas e ao exercício da cidadania.

A ideia é que, a partir destes dados, a administração pública pudesse obter conhecimentos que lhe ajudassem a implementar, de forma mais acertada, políticas públicas voltadas para conscientização de sua população quanto à função socioeconômica dos tributos, capacitando-a para o pleno exercício da cidadania.

Isto porque, dentre os princípios que regem a administração pública, a Constituição Federal Brasileira de 1988, no caput do artigo 37⁴, destaca o princípio da eficiência, que assevera a necessidade de qualquer política pública por ela formulada ser avaliada em função de seus custos e resultados.

Assim é que, antes de iniciadas as atividades pertinentes ao módulo de educação fiscal, convinha avaliar a atual percepção da população anapolina quanto à função social dos tributos, a fim de determinar: (i) a real necessidade do programa; e (ii) os impactos que, uma vez implantado, ele terá sobre a população atendida.

⁴ Art. 6º - O PROGRAMA CONTRIBUINTE LEGAL contemplará os seguintes módulos principais: (...) III. Módulo de Educação Tributária: dirigido a estudantes das redes pública e privada de ensino, com distribuição de prêmios e títulos de reconhecimento para estudantes e escolas participantes.

⁵ Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...).

3. A Pesquisa

A pesquisa, enquanto atividade nuclear da ciência, permite uma maior aproximação e entendimento da realidade que se busca investigar. Ela é, por sua própria natureza, um processo contínuo, que se dá por meio de aproximações sucessivas da realidade, fornecendo-nos subsídios para uma intervenção no real.

Assim é que, além de justificar a implantação do módulo de educação fiscal do PROGRAMA CONTRIBUINTE LEGAL e permitir o acompanhamento dos seus resultados, a pesquisa proposta buscou informações que permitissem que as ações desenvolvidas focassem em pontos específicos, considerados sensíveis pelas partes envolvidas no projeto, aumentando a sua efetividade.

A pesquisa foi, quanto à sua abordagem, do tipo qualitativa-quantitativa, pois se preocupou fundamentalmente com os aspectos subjetivos dos indivíduos ao mesmo tempo em que se utiliza de cálculos estatísticos sempre que conveniente para quantificá-los.

Quanto à sua natureza, a pesquisa pode ser tida como aplicada, pois objetivou gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos.

Quanto aos seus objetivos, a pesquisa foi descritiva-explicativa, uma vez que pretendeu descrever os fenômenos de determinada realidade e explicá-los.

Quanto ao procedimento, foi utilizada a pesquisa com *survey*, visando a obtenção de dados ou informações sobre as características ou as opiniões de determinado grupo de pessoas, indicado como representante de uma população-alvo, utilizando um questionário como instrumento de pesquisa.

Este questionário era composto das seguintes questões:

A PERCEÇÃO DOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS QUANTO À FUNÇÃO SOCIAL DOS TRIBUTOS

Em que ano do Ensino Fundamental você está?

- (1) 6º
- (2) 7º
- (3) 8º

(4) 9º

Qual é o seu gênero?

- (1) Feminino
- (2) Masculino

Como você se considera:

- (1) Branco
- (2) Pardo
- (3) Preto
- (4) Amarelo
- (5) Indígena

Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar mensal?

- (1) até um salário mínimo (R\$ 954,00)
- (2) entre um (R\$ 954,00) e dois (R\$ 1.908,00) salários mínimos
- (3) entre dois (R\$ 1.908,00) e três (R\$ 2.862,00) salários mínimos
- (4) entre três (R\$ 2.862,00) e quatro (R\$ 3.816,00) salários mínimos
- (5) acima de quatro (R\$ 3.816,00) salários mínimos

1. De 0 a 10, como você avalia o seu conhecimento sobre a tributação (impostos, taxas, contribuições etc.):

① ② ③ ④ ⑤ ⑥ ⑦ ⑧ ⑨ ⑩

2. Quais são os tributos dos quais você consegue se lembrar?

3. Na sua opinião, o conhecimento dos temas ligados à tributação:

- (1) é importante para qualquer cidadão
- (2) é importante apenas para algumas pessoas, como governantes, empresários etc.
- (3) não é importante para ninguém

4. Quanto da renda da sua família, aproximadamente, você acredita ser transferida para o Governo através dos tributos?

10% 20% 30% 40% 50% 60% 70% 80% 90% 100%

5. Os recursos que o Governo arrecada:

- (1) não são suficientes para atender às necessidades da população
- (2) são suficientes para atender às necessidades da população
- (3) são mais do que o suficiente para atender às necessidades da população

6. De 0 a 10, como você avalia o trabalho do Governo quanto à gestão dos recursos públicos:

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

7. Se algum serviço público não está sendo prestado como deveria, você:

- (1) se sente em pleno direito de reclamar
- (2) se sente com algum direito de reclamar
- (3) não se sente com o direito de reclamar

8. Quando você tem alguma reclamação:

- (1) sabe exatamente onde e como fazê-la
- (2) tem dúvidas a respeito de onde e como fazê-la
- (3) não tem a menor ideia de onde e como fazê-la

9. Se você reclama e a reclamação é justa, você:

- (1) tem plena confiança de que ela será atendida
- (2) tem alguma esperança de que ela será atendida
- (3) não acredita que ela será atendida

10. Em sua opinião, o cuidado com o patrimônio público:

- (1) é de responsabilidade do Governo
- (2) é de responsabilidade do cidadão
- (3) é de responsabilidade de ambos, Governo e cidadão

11. De 0 a 10, o quanto você se sente representado pelos governantes eleitos:

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

12. Você acredita que o seu voto:

- (1) será determinante na configuração do cenário político

- | |
|--|
| (2) fará pouca diferença na configuração do cenário político
(3) não fará nenhuma diferença na configuração do cenário político |
|--|

Para melhor adequá-la às circunstâncias, a pesquisa foi dividida em duas etapas: a primeira, realizada no primeiro semestre de 2018, voltada apenas para os alunos da rede pública do Município de Anápolis (Ensino Fundamental 2), e a segunda, mais abrangente, considerando a totalidade da população Anapolina, com período de execução a ser definido oportunamente.

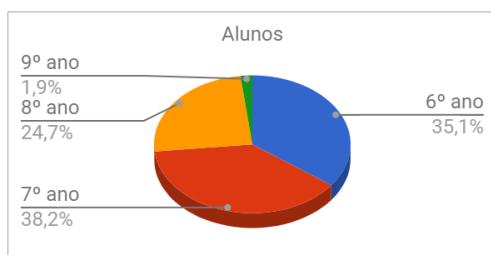
3. Resultados

Seguindo o cronograma proposto, o questionário foi aplicado, presencialmente, ao longo do mês de abril de 2018, nas escolas a seguir relacionadas, e, posteriormente, encaminhado para os funcionários da rede pública de ensino do Município de Anápolis através de formulário eletrônico, para que fosse respondido entre os dias 02 e 03 de maio de 2018:

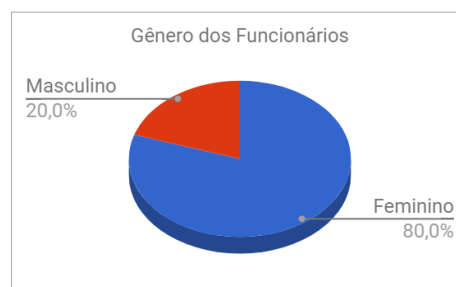
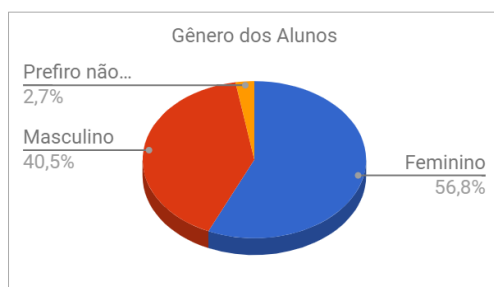
- 06/04/2018 - E.M. Prof^a Lena Leão
- 11/04/2018 - E.M. Deputado José de Assis
- 12/04/2018 - E.M. Cora Coralina
- 17/04/2018 - E.M. Afonsina Mendes do Carmo
- 19/04/2018 - E.M. Moacyr Romeu Costa
- 25/04/2018 - E.M. Prof. Ernst Heeger
- 27/04/2018 - E.M. Dona Alexandrina
- 02 a 03/05/2018 – Formulário eletrônico disponibilizado para os funcionários da rede pública do Município de Anápolis

3.1. Aspectos socioeconômicos

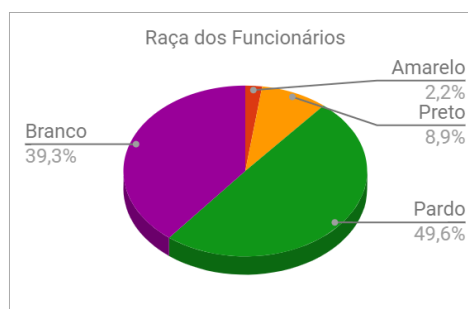
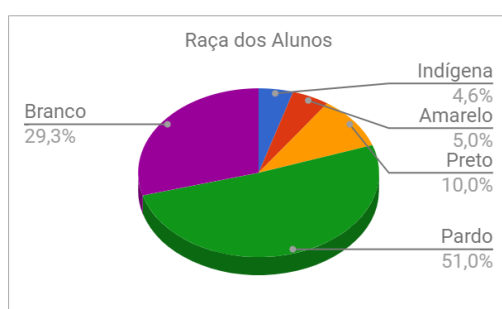
Ao todo, foram entrevistados 259 alunos, matriculados do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, e 135 funcionários da rede pública do Município de Anápolis, sendo 87 professores e 48 auxiliares administrativos.



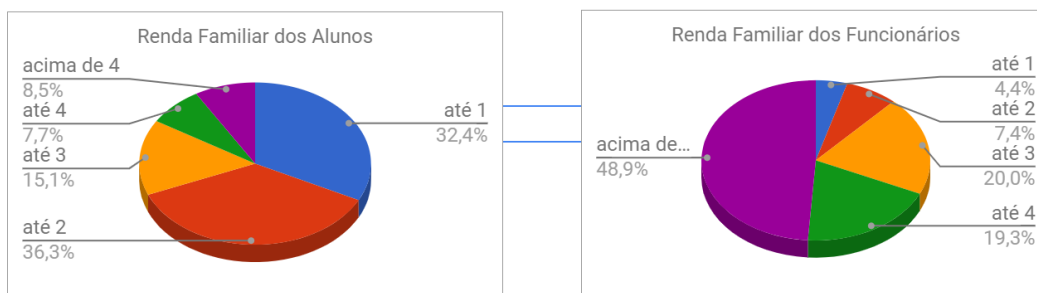
Dos alunos entrevistados, 56,8% se identificam com o gênero feminino, 40,5% com o gênero masculino e 2,7% preferiram não dizer. Dos funcionários, 80% se identificam com o gênero feminino e 20% com o gênero masculino.



Quanto à raça, 51% dos alunos entrevistados se declararam como pardos, 29,3% como brancos, 10% como pretos, 5% como amarelos e 4,6% como indígenas. Já os funcionários, 49,6% se declararam como brancos, 39,3% como brancos, 8,9% como pretos e 2,2% como amarelos.

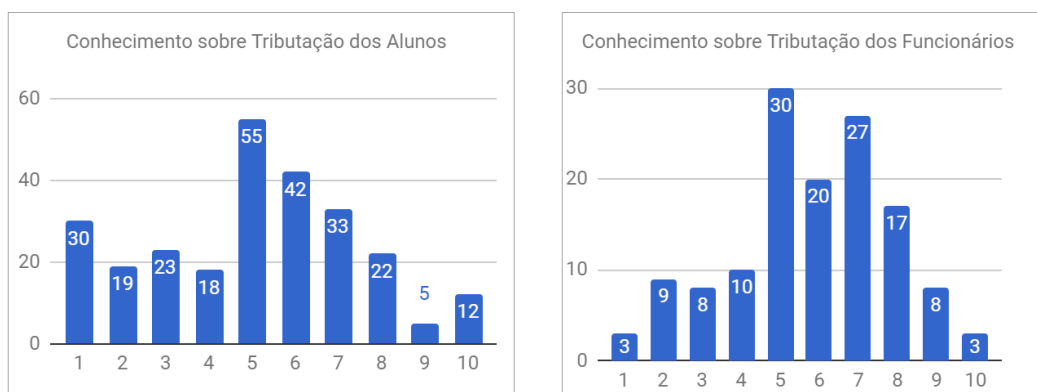


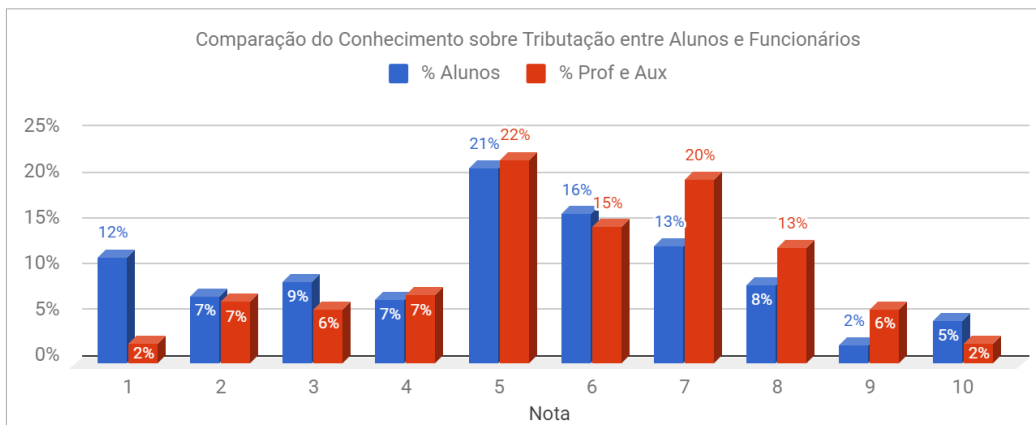
No que toca à renda familiar, 36,3% dos alunos disse ter renda de 1 a 2 salários mínimos, 32,4% até 1 salário mínimo, 15,1% de 2 a 3 salários mínimos, 7,7% de 3 a 4 salários mínimos e 8,5% acima de 4 salários mínimos. Entre os funcionários, 48,9% disseram ter renda familiar superior a 4 salários mínimos, 20% de 2 a 3 salários mínimos, 19,3% de 3 a 4 salários mínimos, 7,4% de 1 a 2 salários mínimos e 4,4% até 1 salário mínimo.



3.2. Conhecimento a respeito da tributação

A primeira das questões colocadas aos alunos e funcionários da rede pública de ensino do Município de Anápolis pede que eles avaliem o seu conhecimento sobre a tributação. Analisando as respostas, percebe-se que tanto os alunos quanto os funcionários da rede pública de ensino do Município de Anápolis julgam ter um bom conhecimento sobre o assunto, vez que as notas atribuídas por eles são, em sua maioria, superiores a 5.

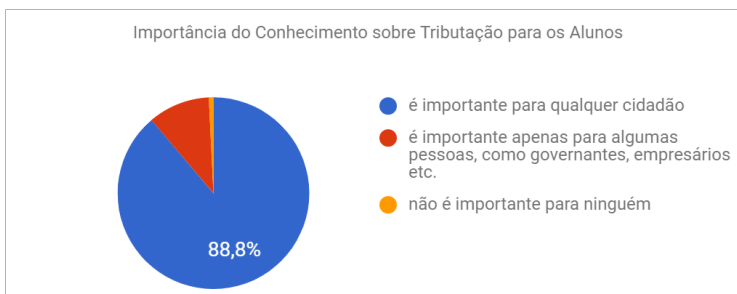


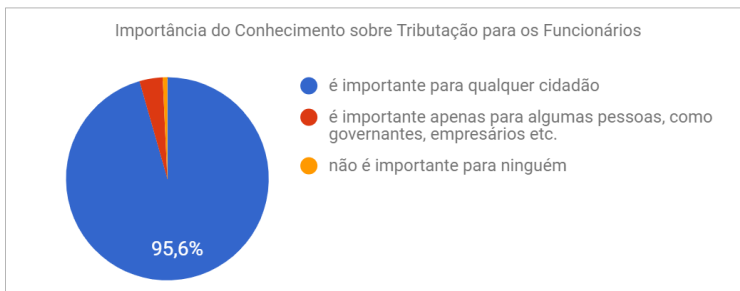


No entanto, ao responder à questão seguinte, em que se pergunta quais são os tributos dos quais conseguem se lembrar, os alunos rede pública de ensino do Município de Anápolis, no melhor dos casos, se referem ao IPTU e ao IPVA, havendo diversas respostas que não mencionam tributo algum. No caso dos professores, as respostas são um pouco mais completas, havendo menção ao Imposto de Renda, às Contribuições para o INSS etc.

Esta divergência entre a avaliação que alunos fazem do seu conhecimento a sobre a tributação e o conhecimento que eles de fato têm sugere que o assunto lhes é tão estranho que eles sequer têm condições de avaliar a extensão do seu conhecimento.

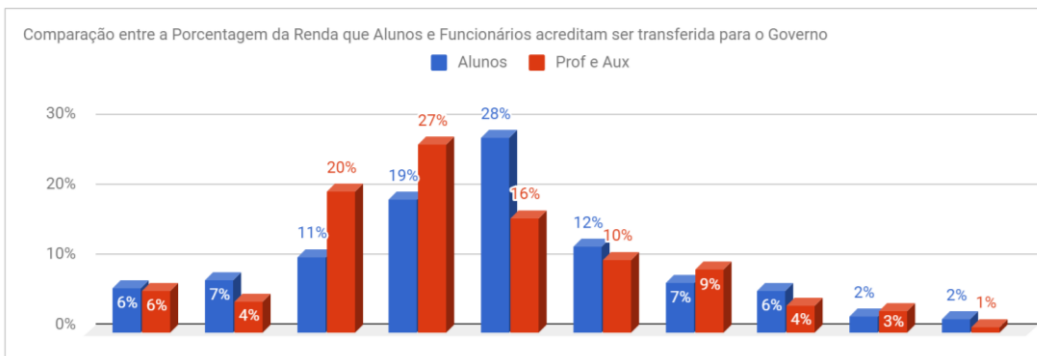
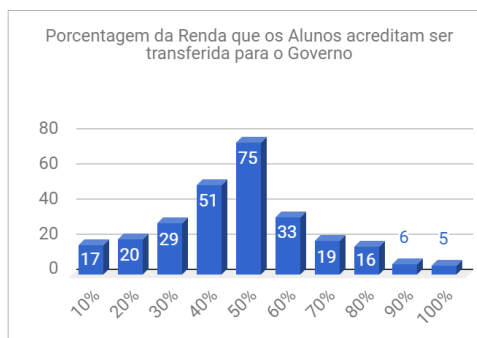
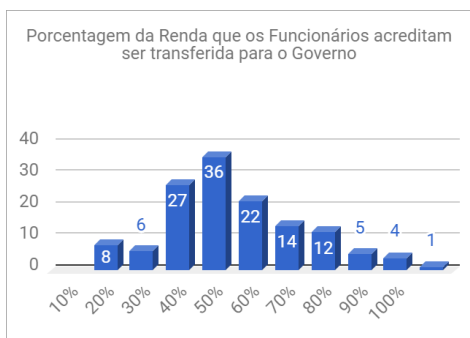
Na terceira questão, a pergunta é se os alunos e funcionários da rede pública de ensino do Município de Anápolis pensam que o conhecimento dos temas ligados à tributação é importante para qualquer cidadão, para apenas algumas pessoas, como governantes, empresários etc. ou não é importante para ninguém. A opinião de ambos, alunos e funcionários, é de que o conhecimento dos temas ligados à tributação é importante para qualquer cidadão.





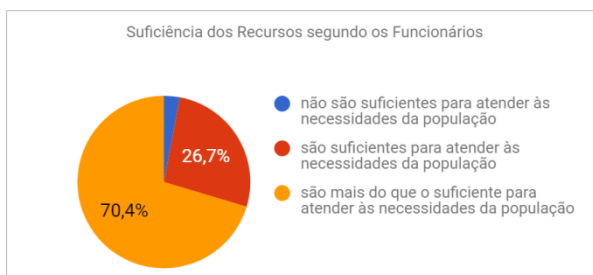
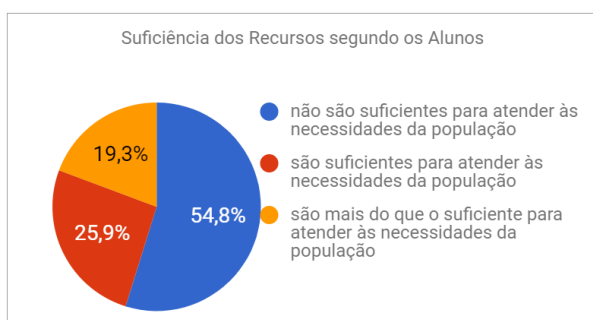
3.3. Os recursos públicos e a sua gestão

Na quarta questão, pergunta-se quanto da renda familiar os alunos e funcionários da rede pública de ensino do Município de Anápolis acreditam ser transferida para o Governo através dos tributos. No caso dos alunos, o gráfico representativo das respostas atinge seu ponto máximo em 50%, valor superior àquele que de fato representa a carga tributária nacional (32,36%⁵). No caso dos professores, a maioria das respostas está concentrada em 40%, valor ainda superior à carga tributária efetivamente suportada pela população brasileira, porém mais próximo da realidade.

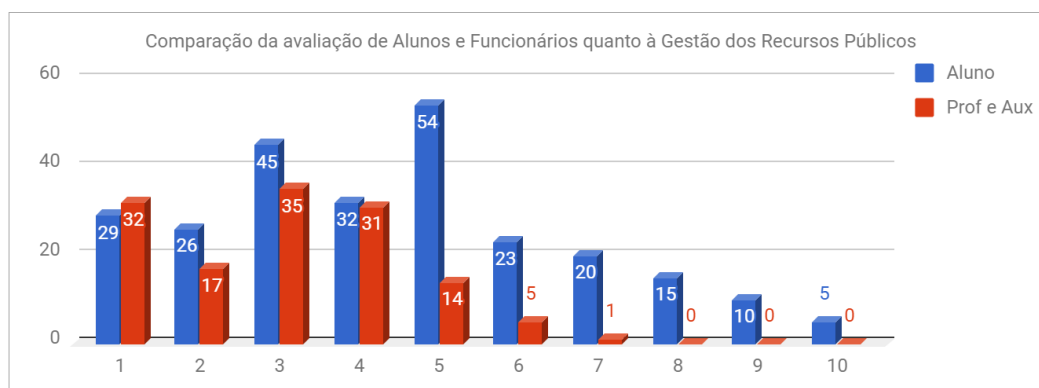


⁵ <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/carga-tributaria-bruta-do-governo-geral-foi-de-32-36-do-pib-em-2017>

A quinta questão pede a opinião dos alunos e funcionários da rede pública de ensino do Município de Anápolis quanto à suficiência dos recursos públicos. Neste caso, as respostas dos alunos e funcionários divergem. Para a maioria dos alunos (54,8%), os recursos que o Governo arrecada não são suficientes para atender às necessidades da população. Já para a maioria dos professores (70,4%), estes recursos são mais do que o suficiente para atender às necessidades da população.

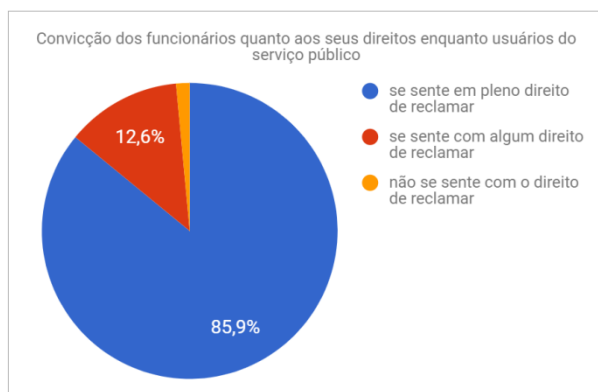
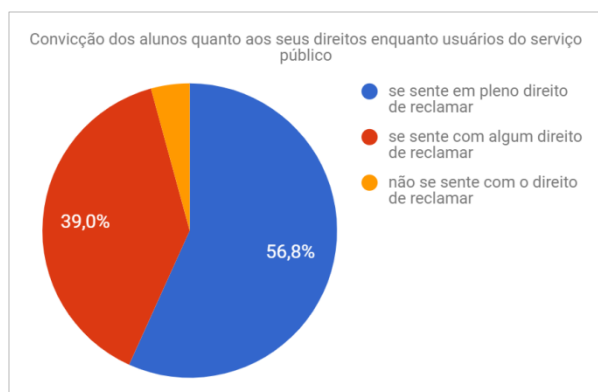


A sexta questão pede que os alunos e funcionários da rede pública de ensino do Município de Anápolis avaliem o trabalho do Governo na gestão dos recursos públicos. Como se pode ver no gráfico abaixo, a maioria das respostas, tanto de alunos quanto de funcionários, é igual ou inferior à 5, o que sugere uma insatisfação quanto à forma pela qual o Governo administra os recursos arrecadados junto à coletividade.

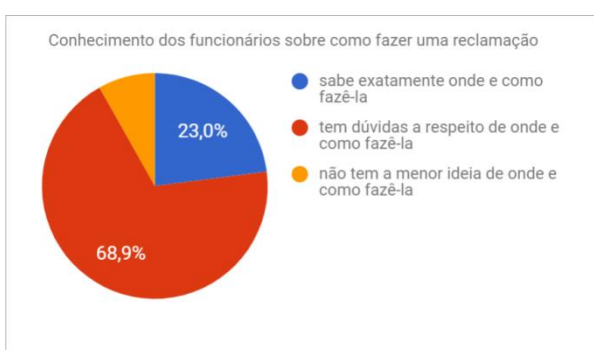
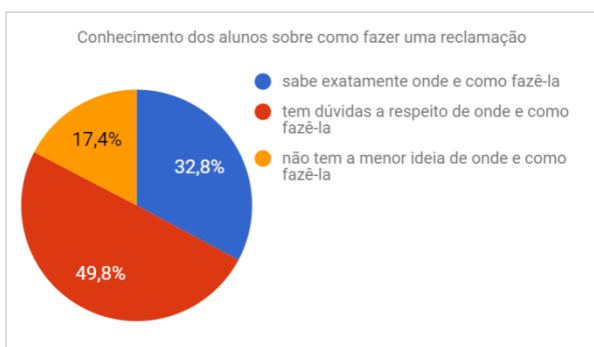


3.4. Exercício da cidadania

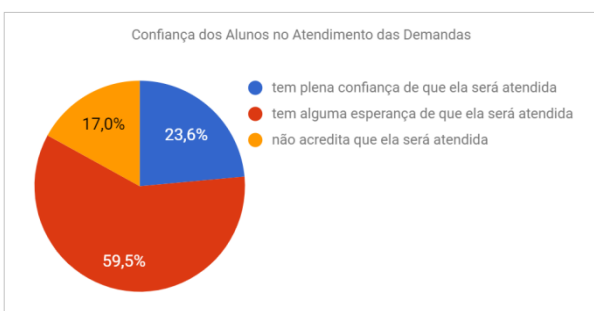
A sétima questão avalia convicção dos alunos e funcionários da rede pública de ensino do Município de Anápolis quanto aos seus direitos enquanto usuários do serviço público. Na hipótese de um determinado serviço público não estar sendo prestado como deveria, a grande maioria dos professores (85,9%) afirmou se sentir em pleno direito de reclamar. Já entre os alunos, esta certeza é menor, sendo que apenas 56,8% disseram se sentir em pleno direito de reclamar, enquanto 39% deles disseram se sentir com algum direito de reclamar.

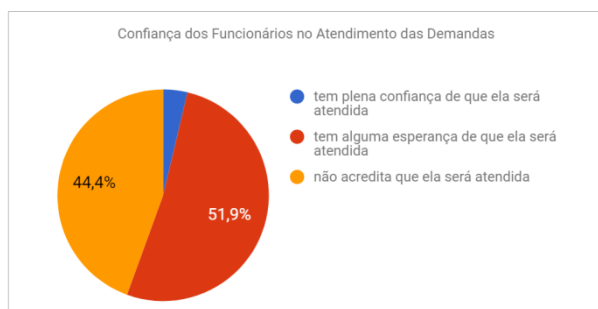


Dando seguimento a este ponto, a oitava questão pergunta se, quando há uma reclamação a ser feita, os alunos e funcionários da rede pública de ensino do Município de Anápolis sabem onde e como fazê-la. Analisando as respostas, percebe-se que a maioria tanto dos alunos quanto dos funcionários tem dúvidas a respeito de como e a quem endereçar suas críticas, demandas e sugestões.



A nona questão busca medir a confiança dos alunos e funcionários na solução dos problemas por eles colocados. Também neste caso, a maioria dos alunos e funcionários tem apenas “alguma esperança” de que a sua reclamação será atendida, sendo significativa a parcela daqueles que não acredita na capacidade do Governo responder às suas demandas, especialmente entre os funcionários da rede pública de ensino do Município de Anápolis.





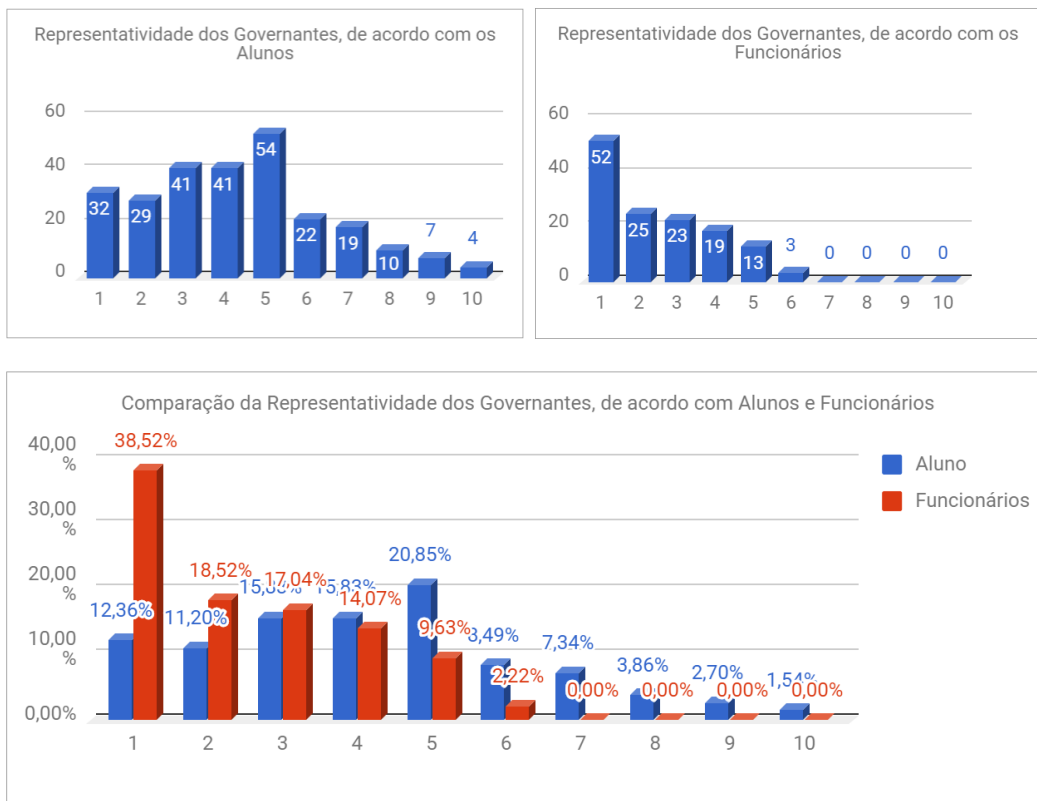
A décima questão pede a opinião dos alunos e funcionários da rede pública de ensino do Município de Anápolis sobre o cuidado com o patrimônio público. Analisando as respostas, vê que tanto uns quanto outros acreditam que a responsabilidade pelo cuidado com o patrimônio público deve ser compartilhada pelo Governo e pelos cidadãos.



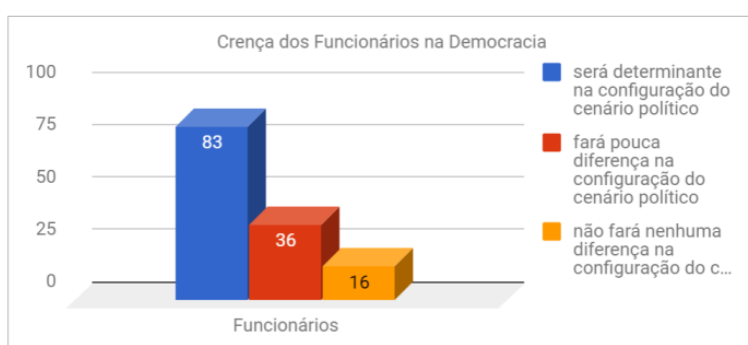
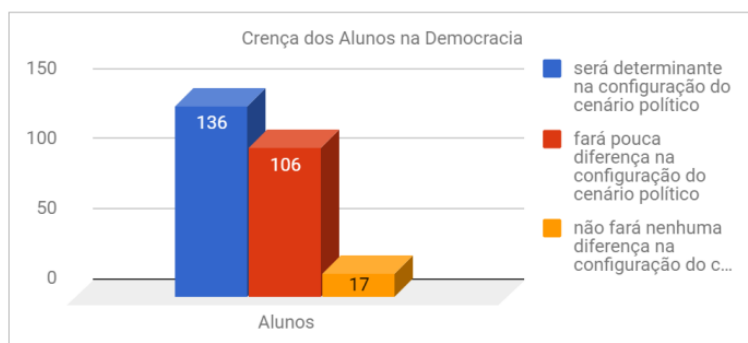
3.5. Representatividade e crença na democracia

Na décima primeira questão, pergunta-se aos alunos e funcionários da rede pública de ensino do Município de Anápolis o quanto eles se sentem representados pelos governantes eleitos. Como se

vê no gráfico, a maioria das respostas, tanto de alunos quanto de funcionários, é igual ou inferior à 5, o que sugere uma baixa representatividade dos atuais governantes.



Por fim, a décima segunda questão busca verificar a crença dos alunos e funcionários da rede pública de ensino do Município de Anápolis na democracia. Quando perguntados sobre o impacto do seu voto no na configuração do cenário político, 52% dos alunos responderam que o seu voto será determinante na escolha do cenário político, enquanto 40,9% deles responderam que o seu voto fará pouca diferença na configuração do cenário político. Entre os funcionários da rede pública de ensino do Município de Anápolis, a crença na democracia é um pouco maior, tendo 61,5% deles respondido o seu voto será determinante na escolha do cenário político.



5. Conclusões

Os resultados da pesquisa acerca da percepção dos alunos e funcionários da rede pública do Município de Anápolis quanto à função social dos tributos não deixam dúvidas quanto à necessidade da implantação do módulo de educação fiscal do PROGRAMA CONTRIBUINTE LEGAL. De fato, a resposta à pergunta de número três, em que 88,8% dos alunos e 95,6% dos funcionários afirmam que o conhecimento dos temas ligados à tributação é importante para qualquer cidadão, combinado com a percepção obtida nas perguntas anteriores, de que o assunto lhes é, de fato, bastante estranho, legitima a iniciativa do Município de Anápolis, ao aderir ao PNEF.

Justificada a implantação do PROGRAMA CONTRIBUINTE LEGAL, é de se observar os pontos sensíveis para os alunos e funcionários da rede pública do Município de Anápolis, onde o projeto deve focar. O primeiro deles é o descolamento entre a percepção da grandeza dos recursos públicos e a dimensão que eles de fato têm e a dúvida quanto à suficiência ou não destes fundos. Este desconhecimento revela o quão distante esta população está da compreensão das finanças públicas, que lhes afeta direta e cotidianamente.

O segundo tema sensível diz respeito às questões levantadas pelos alunos e funcionários da rede pública de ensino do Município de Anápolis quanto aos seus direitos enquanto usuários do

serviço público. Neste ponto, chama atenção as respostas dadas à oitava questão, em que 82,6% dos alunos e 91,9% dos funcionários afirmam terem dúvida ou não saberem como e a quem endereçar suas críticas, demandas e sugestões quanto aos serviços públicos por eles utilizados. Esta declaração reforça a sensação de distanciamento entre a população e o poder público, que contribui para a má avaliação e a baixa representatividade dos gestores, revelada pela sexta e pela décima primeira questão.

Acredita-se que, dedicando-se a estes pontos, identificados através da pesquisa realizada junto aos alunos e funcionários da rede pública de ensino, o Município de Anápolis, através do PROGRAMA CONTRIBUINTE LEGAL, ampliará suas chances de êxito, promovendo a conscientização da sua população quanto à função socioeconômica dos tributos e capacitando-a para o pleno exercício da cidadania, que é o primeiro desígnio da Educação Fiscal.